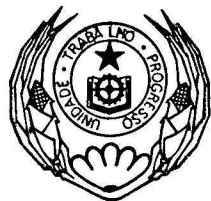


REPÚBLICA DE



CABO VERDE

# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 40\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescentado de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

## ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País ... ..	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países ... ..	1 800\$00	1 000\$00
AVULSO por cada duas páginas ...	4\$00	

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, eutenticado com o respectivo selo branco.

## SUMÁRIO

### CONSELHO DE MINISTROS:

#### Decreto n.º 84/83:

Cria mais lugares no quadro do pessoal da Direcção-Geral da Função Pública.

### GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO:

#### Despacho:

Nomeando os 1.º e 2.º substitutos do Delegado do Governo de S. Nicolau.

### MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS:

#### Portarias n.ºs 71/83 e 72/83:

Procedem ao reforço de algumas verbas do orçamento geral do Estado.

### MINISTÉRIO DO INTERIOR:

#### Portaria n.º 73/83:

Transfere para o dia 3 de Maio o feriado municipal no concelho do Maio.

#### Despacho:

Designando os membros do Conselho Deliberativo de S. Nicolau.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

#### Portaria n.º 74/83:

Extingue a Zona Judicial de Espargos e cria as Zonas de Preguiça, Ribeira Funda e Hortelã/Morro do Curral.

#### Portaria n.º 75/83:

Cria, na Região Judicial de 1.ª classe de S. Vicente, a Zona Judicial de Lazareto e extingue a Zona Judicial de Ribeirinha.

#### Despacho:

Homologando os Tribunais de Zona de Preguiça, Ribeira Funda e Hortelã/Morro do Curral.

#### Despacho:

Homologando os Tribunais de Zona de Chã de Alecrim, Lazareto, Cruz e Ribeira Bote.

### Gabinete do Primeiro Ministro:

Direcção-Geral da Função Pública.

### Ministério do Interior:

Direcção-Geral da Administração Interna.

Avisos e anúncios oficiais.

Contas e balancetes diversos.

Anúncios judiciais e outros.

## CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 84/83

de 8 de Outubro

Tornando-se necessário reforçar o quadro do pessoal da Direcção-Geral da Função Pública com mais algumas unidades a nível de técnicos profissionais e auxiliares;

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º O quadro de pessoal técnico da Direcção-Geral da Função Pública a que se refere o mapa VI anexo ao Decreto n.º 85/80, de 4 de Outubro é aumentado de mais dois lugares de técnicos profissionais de 1.º nível.

Art. 2.º São criados no mesmo quadro três lugares de técnicos auxiliares de administração.

*Pedro Pires — Osvaldo Lopes da Silva.*

Promulgado em 21 de Setembro de 1983.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

—oço—

## GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO

### Despacho

Nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 47/75, de 15 de Novembro, nomeio os cidadãos abaixo mencionados para exercerem as funções de 1.º e 2.º substitutos do Delegado do Governo no concelho de S. Nicolau:

Primeiro substituto — Adriano António Matias da Fonseca;

Segundo substituto — Leocádia de Oliveira Soares Barbosa.

Gabinete do Primeiro Ministro, 8 de Outubro de 1983. — O Primeiro Ministro, *Pedro Pires.*

—oço—

## MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

### Secretaria de Estado das Finanças

Direcção-Geral de Finanças

Portaria n.º 71/83

de 8 de Outubro

Tornando-se necessário proceder ao reforço de algumas verbas do orçamento geral em vigor;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Secretário de Estado das Finanças, o seguinte:

São efectuadas as seguintes transferências de verbas na tabela de despesas do orçamento geral em vigor:

Capítulos	Artigos	Números	Designação das despesas	Reforços ou inscrições	Anulações
			<b>Gabinete do Primeiro Ministro</b>		
9.º			Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento		
	107.º		Outras despesas correntes ... ..		
		1	Seguros de material ...	8 000\$00	
10.º			<b>Direcção-Geral da Cooperação</b>		
	109.º		Vencimentos e salários.		8 000\$00
			Soma ... ..	8 000\$00	8 000\$00
			<b>Ministério da Economia e das Finanças</b>		
4.º			Direcção-Geral das Pescas		
	14.		Vencimentos e salários.		100 000\$00
	17.º		Deslocações ... ..	200 000\$00	
	21.º		Conservação e aproveitamento de bens... ..		100 000\$00
			<b>Secretaria de Estado das Finanças</b>		
			Repartição de Gabinete		
11.	80.º		Vencimentos e salários.		100 000\$00
	81.º		Deslocações ... ..	100 000\$00	
14.º			Direcção-Geral das Alfândegas		
	122.		Consumo de secretaria.	176 726\$50	
		3	Outros bens não duradouros ... ..		200 000\$00
	123.		Conservação e aproveitamento de bens... ..	8 893\$00	
	124.		Encargos próprios das instalações ... ..	14 580\$50	
			Soma ... ..	500 000\$00	500 000\$00

Secretaria de Estado das Finanças, 8 de Outubro de 1983. — O Secretário de Estado, *Arnaldo França.*

Portaria n.º 72/83

de 8 de Outubro

Tornando-se necessário proceder ao reforço de algumas verbas do orçamento geral em vigor;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Secretário de Estado das Finanças, o seguinte:

São efectuadas as seguintes transferências de verbas na tabela de despesas do orçamento geral em vigor:

Capítulos	Artigos	Números	Designação das despesas	Reforços ou inscrições	Anulações
3.º			<b>Gabinete do Primeiro Ministro</b> Imprensa Nacional		
32.º			Vencimentos e salários.		125 000\$00
38.º			Remunerações por serviços auxiliares ...	15 000\$00	
42.º	1		Encargos próprios das instalações ...	110 000\$00	
			Soma ...	125 000\$00	125 000\$00
5.º			<b>Ministério da Economia e das Finanças</b> <b>Direcção-Geral da Indústria e Energia</b>		
25.º			Vencimentos e salários.		285 000\$00
28.º			Deslocações ...	235 000\$00	
			Soma ...	235 000\$00	285 000\$00
5.º			<b>Ministério dos Transportes e Comunicações</b> <b>Direcção-Geral dos Transportes Terrestres</b>		
18.º			Vencimentos e salários.		60 000\$00
21.º			Gratificações variáveis e eventuais ...	60 000\$00	
			Soma ...	60 000\$00	60 000\$00
11.º			<b>Direcção do Serviço Meteorológico</b>		
70.º			Vencimentos e salários.		67 800\$00
76.º			Deslocações ...	22 800\$00	
83.º	1		Encargos próprios das instalações ...	15 000\$00	
	2		Comunicações...	30 000\$00	
			Soma ...	67 800\$00	67 800\$00
4.º			<b>Ministério da Saúde e Assuntos Sociais</b> <b>Direcção-Geral de Saúde</b>		
27.º	1		Construções e grandes reparações ...		356 380\$00
29.º			Conservação e aproveitamento de bens...	356 380\$00	
			Soma ...	356 380\$00	356 380\$00

Secretaria de Estado das Finanças, 8 de Outubro de 1983. — O Secretário de Estado, *Arnaldo França*.

— oSo —

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

### Direcção-Geral da Administração Interna

Portaria n.º 73/83

de 8 de Outubro

Tendo o Conselho Deliberativo do Maio proposto, na sua sessão ordinária de 5 de Abril do corrente ano, que o feriado municipal passe a ser o dia 3 de Maio;

Ao abrigo do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/76, de 27 de Março;

Ouvidos a Direcção-Geral da Administração Interna e o Comité do Sector Autónomo do Maio do Partido Africano da Independência de Cabo Verde;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro do Interior, o seguinte:

Artigo 1.º O feriado municipal no concelho do Maio passa a ser o dia 3 de Maio.

Art. 2.º Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Ministério do Interior, 8 de Outubro de 1983. — O Ministro, *Júlio César de Carvalho*.

### Despacho

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 58/75, de 13 de Dezembro, nomeio os cidadãos abaixo designados como membros do Conselho Deliberativo de S. Nicolau:

Efectivos:

Adriano António Matias da Fonseca.  
Leocádia de Oliveira Soares Barbosa.  
Joaquim Liberal Spencer.  
Emanuel José do Rosário.  
Manuel António Ramos.  
António Joaquim Soares.  
João Pereira Silva.  
José Alves Santos.

Suplentes:

Quintino Lourenço Oliveira.  
José Pedro Livramento.  
Joaquim Silva Ramos.

Ministério do Interior, 8 de Outubro de 1983. — O Ministro, *Júlio César de Carvalho*.

— oSo —

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

### Direcção-Geral dos Assuntos Judiciários

Portaria n.º 74/83

de 8 de Outubro

Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Organização Judiciária, aprovada pela Lei n.º 3/81, de 2 de Março;

Sob proposta do Tribunal Sub-Regional do Sal;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro da Justiça, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. É extinta na Sub-Região Judicial do Sal a Zona Judicial de Espargos, criada pela Portaria n.º 33/76, de 14 de Agosto, publicada no *Boletim Oficial* n.º 33/76.

2. Em substituição da Zona Judicial acima referida são criadas, além de outras existentes pela citada portaria, mais as seguintes:

- a) Zona Judicial de Preguiça;
- b) Zona Judicial de Ribeira Funda;
- c) Zona Judicial de Hortelã/Morro de Curral.

Art. 2.º Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Ministério da Justiça, 8 de Outubro de 1983. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

**Portaria n.º 75/83**

**de 8 de Outubro**

Nos termos do artigo 2.º, n.º 2, da Organização Judiciária aprovada pela Lei n.º 3/81, de 2 de Março;

Sob proposta do Tribunal Regional de 1.ª classe de S. Vicente;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro da Justiça, o seguinte:

Artigo 1.º É criada na Região Judicial de 1.ª classe de S. Vicente, a seguinte Zona Judicial, a acrescer às existentes e que constam da Portaria n.º 33/76, publicada no *Boletim Oficial* n.º 33/76, de 14 de Agosto:

Zona Judicial de Lazareto, abrangendo as áreas de Lazareto e Ribeira da Vinha.

Art. 2.º É extinta a Zona Judicial de Ribeirinha (Ribeirinha e Fonte Inês), criada pelo Decreto-Lei n.º 33/76, de 14 de Agosto, ficando as suas áreas a pertencer às de Zona Judicial de Cruz.

Art. 3.º Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Ministério da Justiça, 8 de Outubro de 1983. — O Ministro *David Hopffer Almada*.

**Despacho**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 153/79, de 22 de Dezembro, determino o seguinte:

a) São homologados os Tribunais de Zona abaixo indicados, com sede na Sub-Região do Sal;

b) Fazem parte do Tribunal referido na alínea anterior os seguintes indivíduos:

**I — Tribunal de Zona de Preguiça:**

**Membros Efectivos:**

- 1. João Ângelo dos Santos.
- 2. José da Costa Lima.
- 3. Secundino Almeida.

**Membros Suplentes:**

- 1. Veríssimo Monteiro.
- 2. António Lima.
- 3. Antónia Andrade.

**II — Tribunal de Zona de Ribeira Funda:**

(Ribeira Funda, Alto S. João e Chã de Matias)

**Membros Efectivos:**

- 1. Gregório Fortes.
- 2. António Manuel dos Reis.
- 3. Gabriel Duarte.

**Membros Suplentes:**

- 1. Ricardo Lopes.
- 2. Luciano Vieira.
- 3. Maria Alexandrina da Cruz Duarte Silva.

**III — Tribunal de Zona Hortelã/Morro do Curral:**

**Membros Efectivos:**

- 1. João Baptista Silva.
- 2. João da Cruz Silva.
- 3. Pedro Manuel da Cruz.

**Membros Suplentes:**

- 1. Pedro Ramos.
- 2. Lúcia Maria Silva.
- 3. José Pires.

Ministério da Justiça, 8 de Outubro de 1983. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

**Despacho**

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 153/79, de 22 de Dezembro, determino o seguinte:

a) São homologados os Tribunais de Zona abaixo indicados, com sede na Região Judicial de 1.ª classe de S. Vicente;

b) Fazem parte dos referidos na alínea anterior os seguintes indivíduos:

**I — Tribunal de Zona de Chã de Alecrim:**

**Membros Efectivos:**

- 1. Lourenço António Andrade.
- 2. Maria Isabel Soares.
- 3. Lucialina da Cruz Fortes.
- 4. Ricardo António da Luz.
- 5. Arnaldo de Pina Cabral Barbosa.

**Membros suplentes:**

- 1. Marcelino Soares.
- 2. Rosa Maria da Cruz.
- 3. Eduardo Monteiro
- 4. Armando Rufino Almeida
- 5. Honório Manuel da Luz.

**II — Tribunal de Zona de Lazareto:**

**Membros Efectivos:**

- 1. Veríssimo Gertrudes Melício.
- 2. Maria Augusta Ferreira.
- 3. Orlando Vicente Ramos.



**Membros suplentes:**

1. Félix José dos Reis.
2. Amâncio Inocêncio Correia.
3. João Amâncio Ferreira.

III — Tribunal de Zona de Cruz:

**Membros Efectivos:**

1. Eduardo Miguel Costa.
2. João José da Conceição.
3. Marcelino António Oliveira.
4. Lourenço Doroteia Sousa Silva Melo.
5. José Monteiro Barbosa.

**Membros suplentes:**

1. João Baptista dos Santos.
2. Basília Lopes.
3. João José dos Santos.
4. Francisco Andrade Clemente.
5. José Alberto Costa.

IV — Tribunal de Zona de Ribeira Boté:

**Membros Efectivos:**

1. Pedro Spencer.
2. Henrique Brito Lima.
3. José Zacarias Soares.

**Membros suplentes:**

1. Tereza Ana Lopes.
2. Manuel João da Cruz.
3. João de Deus Ramos.

Ministério da Justiça, 8 de Outubro de 1983. — O Ministro, *David Hopffer Almada*.

**GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO**

**Direcção-Geral da Função Pública**

Despachos do Camarada Primeiro Ministro:

De 5 de Setembro de 1983:

Olívio Vaz Correia Monteiro, director de 3.ª classe, interino da Imprensa Nacional — designado para substituir o Administrador da referida Imprensa, durante a ausência deste no exterior.

Maria de Fátima Spencer, técnica superior de 3.ª classe, provisória, da Secretaria-Geral do Governo — promovida, nos termos do n.º 2, artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 154/81, a técnica superior de 2.ª classe da mesma Secretaria-Geral, com efeitos a partir de 1 de Setembro de 1983. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 6 de Outubro de 1983).

Maria de Fátima Spencer, técnica superior de 3.ª classe, provisória, da Secretaria-Geral do Governo — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo. — (Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 6 de Outubro de 1983)

Os encargos resultantes das despesas têm cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 15.º do orçamento vigente.

De 19:

Efígenio Fernandes Tavares — nomeado para exercer, provisoriamente, nos termos do artigo 27.º do Estatuto Funcionalismo, o cargo de técnico profissional do 2.º nível de 3.ª classe do Instituto Nacional de Investigação e Tecnológica.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 2.º, artigo 28.º do orçamento vigente — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 28 de Setembro de 1983):

Despachos do Camarada Ministro dos Negócios Estrangeiros,

De 30 de Agosto de 1983:

Arnaldo Delgado, 3.º secretário de Embaixada, de nomeação provisória — nomeado, definitivamente, no referido cargo nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 20.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 27 de Setembro de 1983).

De 31:

Germias Mendonça de Carvalho, condutor-auto de 2.ª classe do Ministério dos Negócios Estrangeiros, colocado no Consulado de Cabo Verde em Paris — transferido para a sede do mesmo Ministério, na Praia, a partir de 3 de Agosto de 1983.

Despacho do Camarada Ministro da Economia e das Finanças:

De 3 de Outubro de 1983:

João Crisostimo da Cruz Lima — nomeado para exercer, provisoriamente, nos termos do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo, o cargo de técnico superior de 3.ª classe da Direcção-Geral da Indústria e Energia.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 5.º, artigo 25.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 7 de Outubro de 1983).

Despachos do Camarada Ministro do Interior:

De 22 de Setembro de 1983:

Faustino Gomes Lopes, agente das Forças de Segurança e Ordem Pública — transferido, por conveniência de serviço, do Posto Policial de Santa Cruz, para o Comando do Agrupamento de Segurança e Ordem Pública de S. Tiago.

De 24:

Carlos Alberto da Costa Monteiro, escriturário-dactilógrafo de 1.ª classe, definitivo, da Direcção-Geral da Administração Interna — concedida a licença ilimitada, nos termos do artigo 257.º do Estatuto do Funcionalismo vigente, com efeitos a partir de 10 de Outubro de 1983.

Despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura:

De 8 de Agosto de 1983:

Oswaldo Correia e Silva, contínuo contratado do Liceu «Domingos Ramos» — concedida a 2.ª diuturnidade, nos termos do artigo 166.º do Estatuto do Funcionalismo, com efeitos a partir do mês de Junho de 1983.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 23.º, artigo 164.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 1 de Outubro de 1983).

Despacho do Camarada Ministro dos Transportes e Comunicações:

De 21 de Julho de 1983:

José António Pereira Branco Gonçalves, delegado marítimo de 2.ª classe — exonerado, das referidas funções, a seu pedido.

Despacho do Camarada Ministro do Desenvolvimento Rural:

De 2 de Setembro de 1983:

Manda dar sem efeito a transferência do técnico auxiliar de 2.ª classe, de nomeação provisória, José Francisco Vaz de Andrade, para a Direcção Regional do Ministério do Desenvolvimento Rural — Santo Antão, publicada no *Boletim Oficial* n.º 18/83, de 30 de Abril.

Despacho do Camarada Ministro da Justiça:

De 14 de Setembro de 1983:

Eduíno Santos Teixeira — exonerado, a seu pedido, do cargo de oficial de diligências de 3.ª classe, provisório, do quadro das Secretarias Judiciais e do Ministério Público, de que não chegou a tomar posse.

Despachos do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 31 de Agosto de 1983:

Mário da Silva Matos, funcionário aposentado, do Ministério da Saúde e Assuntos Sociais — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 25 de Agosto de 1983, que é do seguinte teor:

«Que o examinado deve ser evacuado para o exterior, a fim de ser presente num centro especializado em gastro-enterologia, por estarem esgotados os recursos locais de tratamento e sua vida perigar com a permanência no país».

«Evacuar para Portugal».

Maria Cesarina Pimenta Mascarenhas Figueiredo Silva, monitora de infância, da Direcção-Geral dos Assuntos Sociais — nomeada, definitivamente, no referido cargo, nos termos do disposto no § 1.º, do artigo 27.º do Estatuto do Funcionalismo.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 81.º do orçamento vigente. — (Anotado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 4 de Outubro de 1983).

Despacho do Camarada Secretário de Estado do Comércio e Turismo:

De 26 de Setembro de 1983:

Antonietta Maria Martins Pereira — nomeada para exercer, em comissão de serviço, nos termos do artigo 35.º do Estatuto do Funcionalismo, o cargo de secretária do Secretário de Estado do Comércio e Turismo.

Isento de «visto» nos termos do disposto na alínea c) n.º 1, do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 52/79, de 9 de Julho.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 6.º, artigo 35.º do orçamento vigente.

Despachos do Camarada Director-Geral da Função Pública, por delegação do Camarada Primeiro Ministro:

De 13 de Setembro de 1983:

Daniel Andrade Sousa, director de Alfândega — dada por finda a comissão eventual de serviço, a que se refere o despacho inserto no *Boletim Oficial* n.º 41/82, com efeitos a partir de 28 de Julho do corrente ano.

De 21:

Paula Maria Fortes Silva, técnico profissional de 1.º nível, principal, da Direcção-Geral de Saúde — colocada, em comissão eventual de serviço, nos termos do artigo 1.º da Portaria n.º 46/76, por um período de um ano, a partir da data do seu embarque para o estrangeiro, a fim de frequentar um curso.

De 27:

Abel Rocha, sargento das Forças de Segurança e Ordem Pública — desligado de serviço para efeito de aposentação, por ter sido julgado incapaz de continuar a exercer cargo público, conforme parecer da Junta de Saúde de Sotavento, emitido em sessão de 7 de Julho deste ano, homologado por despacho do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais, de 26 de Julho do mesmo ano, publicado no *Boletim Oficial* n.º 32/83 e concedida a pensão provisória anual de 90 000\$, sujeita à rectificação, calculada nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto n.º 52/75, correspondente a 40 anos, 8 meses e 24 dias de serviço prestado à Administração Colonial Portuguesa e ao Estado de Cabo Verde, incluindo o aumento de 1/5, nos termos do artigo 435.º do Estatuto do Funcionalismo vigente.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 16.º, artigo 138.º do orçamento vigente. — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 6 de Outubro de 1983).

De 29:

Ricardina Pires Ferreira e Carvalho Alfaia, professora do ensino básico elementar, em comissão de serviço no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Educação e Cultura — conta, para efeitos de mudança de escalão, o seguinte tempo de serviço prestado ao Estado:

	A	M	D
De 1 de Novembro de 1960 a 31 de Julho de 1961 ... ..	—	9	1
De 16 de Maio de 1962 a 24 de Julho de 1962 ... ..	—	2	9
De 22 de Outubro de 1962 a 31 de Julho de 1963 ... ..	—	9	10
De 16 de Outubro de 1965 a 31 de Julho de 1966 ... ..	—	9	16
De 24 de Outubro de 1966 a 31 de Julho de 1967 ... ..	—	9	8
De 14 de Novembro de 1967 a 31 de Julho de 1968 ... ..	—	9	10
De 10 de Setembro de 1968 a 31 de Maio de 1969 ... ..	—	8	22
De 6 de Outubro de 1969 a 20 de Julho de 1970 ... ..	—	9	15
De 7 de Outubro de 1970 a 31 de Outubro de 1982 ... ..	12	—	25
<b>Total ... ..</b>	<b>17</b>	<b>7</b>	<b>4</b>

Adérito Lopes Cardoso, técnico profissional de 2.º nível de 2.ª classe da Direcção-Geral de Urbanismo, Habitação e Saneamento Básico do Ministério da Habitação e Obras Públicas — colocado em comissão eventual de serviço, a partir da data do embarque para o estrangeiro, a fim de frequentar um estágio de formação técnica profissional com a duração de 10 meses.

Despacho do Camarada Director Regional de Saúde de Barlavento, por delegação do Camarada Ministro da Saúde e Assuntos Sociais:

De 8 de Agosto de 1983:

Luis António Fernandes, 3.º oficial da Direcção Regional das Obras Públicas — homologado o parecer da Junta de Saúde de Barlavento, emitido em sessão de 21 de Julho de 1983, que é do seguinte teor:

«Apto a continuar o serviço».

Extracto de contrato:

De 16 de Setembro de 1983:

Jan Radwan, engenheiro mecânico — contratado ao abrigo da alínea c) do artigo 45.º, conjugado com o artigo 48.º ambos do Estatuto do Funcionalismo para desempenhar as funções de técnico superior de 3.ª classe do quadro do pessoal do Ministério do Desenvolvimento Rural, com vencimento de 16 600\$ (dezasseis mil e seiscentos escudos) mensal.

Este contrato é válido por um ano, contado a partir da data de posse, podendo o mesmo ser renovado por sucessivos períodos, até o limite máximo de quatro anos, de acordo com a cláusula contratual.

O encargo resultante da despesa tem cabimento na dotação inscrita no capítulo 8.º, artigo 65.º do orçamento vigente, — (Visado pelo Tribunal Administrativo e de Contas, em 30 de Setembro de 1983).

## COMUNICAÇÕES

Nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Decreto n.º 47/75, de 15 de Novembro, foi designado, pelo Delegado do Governo do concelho de Santa Cruz, o escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, provisório, do quadro privativo do Município de Santa Cruz, Armindo Varela, para substituir o secretário administrativo, Pedro Mendes Teixeira, a partir do dia 17 de Setembro do corrente ano, até o regresso do respectivo titular do Brasil, onde se encontra a frequentar um curso sobre administração municipal.

Para os devidos efeitos, comunica-se que o Delegado do Governo do concelho do Maio, designou a escriturária-dactilógrafa de 2.ª classe, do quadro privativo do mesmo concelho, Filomena Maria Marques Semedo, para substituir a tesoureira de 3.ª classe, Maria Conceição Reis Tavares, durante o período em que se encontrar de licença disciplinar de 30 dias, iniciada em 7 de Setembro do corrente ano.

Para os devidos efeitos se comunica que Maria Gertrudes Fidalgo Mesquita, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe, de nomeação definitiva da Direcção-Geral da Função Pública, terminada a licença registada a que se refere o despacho publicado no *Boletim Oficial* n.º 13/83, de 26 de Março, apresentou-se ao serviço no dia 1 de Outubro do corrente ano, tendo reiniciado as suas funções.

## RECTIFICAÇÕES

Ao despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura de 10 de Outubro de 1982, publicado no *Boletim Oficial* n.º 47/82, a páginas 644:

Onde se lê:

Joaquim Baptista Tavares

Deve ler-se:

João Baptista Silva.

Ao despacho do Camarada Ministro da Educação e Cultura de 28 de Junho de 1983, publicado no *Boletim Oficial* n.º 34/83, a páginas 348:

Onde se lê:

Iolanda Silva Barros Santos Mota

Deve ler-se:

Iolanda Silva Ramos Mota.

Por não ter sido incluído a alínea b) no ponto 6 do anúncio de concurso para preenchimento de vagas de agente de 2.ª classe, da Polícia Marítima de Cabo Verde, inserto no *Boletim Oficial* n.º 36/83, publica-se a referida parte:

b) Oral:

- 1.— Nomenclatura de navios e embarcações, uso de faróis de navegação, regras para evitar abalroamento no mar, agulhas de governo e outra aparelhagem de bordo;
- 2.— Conhecimento de inglês.

Por ter saído de forma inexacta no *Boletim Oficial* n.º 39/83, de 24 de Setembro, o extracto do despacho do Camarada Ministro da Justiça, novamente se publica o seguinte:

Onde se lê:

Manuel António Vieira.

Deve ler-se:

Manuel António Vieira de Andrade.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 7 de Outubro de 1983. — Pelo Director-Geral, *José Jorge Lisboa da Costa Santos*.

—oço—

## MINISTÉRIO DO INTERIOR

### Direcção-Geral da Administração Interna

#### DECLARAÇÃO

De harmonia com o disposto no n.º 2 do artigo 1.º do Regulamento da Comissão de Moradores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 19/79, de 24 de Março, se declara que o Camarada Ministro do Interior, por seu despacho de 22 de Setembro de 1983, homologou a deliberação tomada pelo Conselho Deliberativo da Boa Vista, na reunião ordinária de 9 de Junho findo, que designa os seguintes cidadãos para constituírem as Comissões de Moradores de:

Vila de Sal-Rei:

**Efectivos:**

Osvaldo Abílio Ramos Rocha.  
Adérito Atilano Almeida.  
Regina Santos Rocha — membro nato.  
Eugénio Ascensão Oliveira.  
Pedro Alcântara da Cruz Monteiro.

**Suplentes:**

João Damasceno Lima Vieira.  
Ildo Lourenço Lima.  
Baldomero Almeida Morais.

**Rabil:**

**Efectivos:**

Etelredo Apolinário Lima.  
Justino Fontes Pinto.  
Germana Soares Brito — membro nato.  
Francisco Xavier Brito Lima.  
Rodrigo Lima.

**Suplentes:**

Maximiano Jorge Fortes Fernandes.  
Maria Igídia Oliveira Lima.  
Pancrácio da Cruz Tomar.

**Estância de Baixo:**

**Efectivos:**

Valdemiro Boaventura Brito.  
Damásio António Fortes.  
João Dukla Almeida — membro nato.  
António Ventura Pinto.  
Constantina da Cruz Tomar Almeida.

**Suplentes:**

Maria Rosa Neves Pinto.  
António Ramos Pinto.  
Daniel Monteiro Almeida.

**Povoação Velha:**

**Efectivos:**

António Manuel Brito da Graça.  
Maria da Ressurreição Évora.  
António Santos Neves.  
João Ramos Brito.  
Vitorino Eustácio Nascimento da Cruz — membro nato.

**Suplentes:**

Olga Oliveira Teixeira.  
Adão Silva Brito.  
Ceriaco Almeida Rocha.

**Bofareira:**

**Efectivos:**

António Oliveira Santos.  
Aniceto Louvar a Deus Santos.  
Manuel dos Reis Barros — membro nato.  
Francisca Santos Barros.  
Eugénio Maurício dos Santos.

**Suplentes:**

Ilídio Oliveira Barros.  
Cláudio Benedito da Rocha.  
Albertino Ramos dos Santos.

**João Galego:**

**Efectivos:**

Manuel Paixão da Cruz.  
Romeu Espírito Santo.  
Aleixo Silva Neves — membro nato.  
Manuel da Luz Neves Barros.  
Pedro Ascensão Rocha.

Suplentes.

Teotónio Silvestre Andrade.  
Pedro Ramos Rocha.  
Manuel Leão Santos.

Direcção-Geral da Administração Interna, na Praia, 27 de Setembro de 1983. — O Director-Geral, *Eurico Pinto Monteiro*.

**AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS**

**GABINETE DO PRIMEIRO MINISTRO**

**Direcção-Geral da Função Pública**

**AVISO**

Por determinação do Camarada Ministro da Justiça e para os devidos efeitos, se faz público que é a seguinte a composição do júri a funcionar no concurso para o preenchimento de uma vaga na categoria de escriturário-dactilógrafo de 2.ª classe, do quadro de pessoal auxiliar da Direcção-Geral de Estudos, Legislação e Documentação do Ministério da Justiça, aberto por aviso publicado no *Boletim Oficial* n.º 30/83, de 23 de Julho de 1983:

Presidente:

Dr.ª Vera Duarte, directora-geral da DGELD.

Vogais:

Dr.ª Sara Boal, técnica superior de 3.ª classe da DGELD.  
José Lopes da Silva, 2.º oficial da DGELD.

Secretário:

Maria de Lourdes Duarte, escriturária-dactilógrafa de 1.ª classe da DGELD.

Direcção-Geral da Função Pública, na Praia, 1 de Outubro de 1983. — O Director-Geral, *Noel Monteiro de Sousa Pinto*.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS**

**Empresa Nacional de Combustíveis, E.P. — ENACOL**

O Relatório Anual do Conselho de Direcção da ENACOL — Empresa Nacional de Combustíveis, E.P., do ano de 1982, foi submetido à aprovação do Ministro da Economia e das Finanças, nos termos legais, tendo sido aprovado por Despacho n.º 35/83, de 26 de Julho.

**Gabinete do Ministro**

DESPACHO N.º 35/83

São aprovados o relatório e as contas da ENACOL — Empresa Nacional de Combustíveis E.P., referentes ao exercício de 1982.

Tendo em atenção que se revelam insuficientes os capitais próprios, sejam retidos na empresa, como reserva, os lucros do exercício, num montante de 5 478 000\$ (cinco milhões quatrocentos e setenta e oito mil escudos).

Ministério da Economia e das Finanças, 26 de Julho de 1983. — O Ministro, *Oswaldo Lopes da Silva*.

**Relatório anual**

**do Conselho de Direcção da ENACOL — 1982**

**SUMÁRIO**

1. A Empresa.
2. Situação energética no início da década de 80.
3. Factos relevantes dos anos 1980/81/82.
4. Aprovisionamento.
5. Vendas:

- 5.1. Mercado interno.
- 5.2. Mercado das bancas marítimas.
- 5.3. Mercado da aviação.
- 5.4. Valor das vendas.
6. Distribuição.
7. Investimentos e projectos.
8. Organização da Empresa e aperfeiçoamento profissional.
9. Relações internacionais.
10. Exercício financeiro.
11. Considerações finais.

1. A EMPRESA

A ENACOL — Empresa Nacional de Combustíveis, E.P., criada pelo Decreto n.º 122/79, de 15 de Dezembro de 1979, iniciou as suas actividades no 1.º trimestre de 1980, com os objectivos expressos no seu estatuto:  
— Comércio de Petróleos e seus derivados;  
— Qualquer outra actividade comercial ou industrial compatível com o seu objectivo principal.

As razões apontadas para a criação da ENACOL foram: a crise energética mundial e uma maior intervenção do Estado no comércio de petróleo e os seus derivados com vista a minorar os seus efeitos nefastos nos programas de desenvolvimento nacional.

2. A SITUAÇÃO ENERGÉTICA NO INÍCIO DA DÉCADA DE 80

Desde 1974, data do 1.º choque petrolífero, até 1979 o mercado de petróleo esteve praticamente estável.

Nos fins de 1978 e início de 1979, a situação no Irão alterou-se rapidamente e veio a dar origem ao chamado 2.º choque petrolífero de 1979/1980. É precisamente nesta altura que se cria a ENACOL com o objectivo de minorar os efeitos do aumento considerável dos preços dos produtos petrolíferos importados e de assegurar uma intervenção concreta do Estado na política energética nacional.

A ENACOL iniciou o seu funcionamento no primeiro trimestre de 1980 num clima de insegurança, de restrições e de especulação no mercado petrolífero.

Em meados do mesmo ano há uma tendência para a baixa dos preços que vem a ser contrariada pelo início do conflito entre o Iraque e o Irão.

Em 1981, um elevado stock de segurança, uma baixa no consumo mundial contra uma pequena diminuição na produção leva a uma situação inversa de 1980, isto é, um excesso de oferta sobre a procura de petróleo que é acentuada pela política de utilização do carvão e da energia nuclear pelos países industrializados.

Esta situação vem a prevalecer no ano de 1982 e a conduzir à primeira baixa oficial dos preços do petróleo da OPEP no início de 1983.

A baixa dos preços de petróleo não se tem reflectido no nosso país, pois a grande valorização do dólar veio a anular a diminuição e até a agravar o custo deste combustível em Cabo Verde.

A nível comercial houve uma diminuição das vendas internacionais no mercado de navegação, sector duramente atingido pela crise económica mundial, que não viu o seu fim mesmo com o movimento de baixa dos preços de produtos petrolíferos, facto esse que vem pôr em questão determinadas explicações sobre a origem da crise económica mundial.

3. FACTOS RELEVANTES DOS ANOS 1980/81/82

- Criação da empresa a 15 de Dezembro de 1979.
- Início da actividade comercial, em Fevereiro/Março de 1980.
- Criação duma rede de distribuição no Mercado nacional, em 1980/81/82.
- Início, em Setembro de 1980, da actividade comercial da ENACOL no Mercado de Bancas — Abastecimento à Navegação Internacional no Porto Grande.



- Início do funcionamento da nova instalação da ENACOL na ilha do Sal, para armazenagem de combustível de aviação — Junho de 1982.
- Início da actividade da ENACOL no Mercado Internacional de Aviação no Aeroporto Internacional «Amílcar Cabral» — Sal, em 11 de Dezembro de 1982.

#### 4. APROVISIONAMENTO

A actividade principal da ENACOL é garantir o aprovisionamento de combustíveis ao país.

Ao longo destes três anos tem-se procurado melhorar o circuito de importação de produtos a granel, que corresponde a mais de 80% das importações da ENACOL e, ao mesmo tempo, reforçar a segurança do abastecimento estabelecendo relações comerciais diversificadas e de preferência com empresas nacionais doutros países.

Em 1980, as importações de produtos a granel centralizaram-se totalmente no mercado livre, com os riscos e variações de custo inerentes a este mercado.

Importou-se cerca de 21 000 Tons. de produtos. Fuel Oil e Gasóleo, num valor global de 5,1 milhões de USD e um contravalor de 206 110 contos.

Em 1981 a importação total foi de 34 005 T/M de produtos — Fuel Oil e Gasóleo, num valor de 7,84 milhões de dólares num contravalor de 385 083 contos. Pela primeira vez realizou-se uma operação de aprovisionamento a partir doutra empresa estatal — PETROGAL, E.P.

Em 1982, a importação foi de 17 730 Tons. de produtos — Fuel Oil, Gasóleo e, pela primeira vez, Jet-A1, num valor global de 4,4 milhões de dólares e um contravalor de 268 051 contos.

A baixa na importação de 1982 em relação a 1981 deve-se à existência de um elevado stock em fins de 1981 e uma quebra das vendas de Fuel Oil no mercado de abastecimento à navegação internacional em 1982.

Se houve uma diminuição do preço unitário em USD dos produtos de petróleo de 1980 a 1982, a grande valorização do dólar em relação ao escudo de Cabo Verde, cerca de 61%, veio anular a diminuição do preço dos produtos no mercado interno em Cabo Verde.

As importações a granel da empresa, no período de 3 anos, foram de 17,34 milhões de dólares num contravalor de 859 244 contos.

A importação global de 1980 a 1982 de produtos petrolíferos foi de 1 044 091 contos incluindo os produtos embalados e a granel.

**GÁS BUTANO** — Este produto merece um tratamento à parte em virtude das dificuldades da sua importação e as limitações existentes na sua distribuição.

Em 1980, a importação realizou-se em garrafas e a quantidade importada e comercializada foi de 342 Tons.

Em 1981, com a aquisição dos contentores para a importação deste produto e a mudança da origem do país fornecedor, a ENACOL conseguiu importar 530 toneladas do Butano.

Em 1982, em virtude de limitações do navio afretado para garantir essencialmente a importação deste produto, a quantidade importada foi praticamente a mesma de 1981, isto é, 532 tons de Butano.

Em Novembro de 1982 entretanto foi dado início à construção duma instalação de armazenagem e enchimento de gás butano na cidade da Praia, que irá permitir regularizar e garantir o abastecimento deste combustível ao país.

#### 5. VENDAS:

Quantidades vendidas em 1980, 1981 e 1982.

##### 5.1. Mercado Interno

Neste mercado em que são comercializados os produtos de petróleo abaixo indicados:

Gás butano, petróleo, gasolina super e normal, gasóleo, fuel oil e lubrificantes e outros produtos, como o oxigénio e o acetileno,

a evolução foi a seguinte:

Produtos	1980	1981	Δ 81/80	1982	Δ 82/81
Gás Butano	342	530		532	
Petróleo	714	84		273	
Gás Super/Normal	380	689		684	
Gasóleo	3.573	5.298		5.755	
Fuel óleo	1.504	5.689		5.612	
Lubrificantes	23	116		72	
Oxig./Acetileno	2,3	6		5	
<b>Total<sup>1</sup></b>	<b>6 538</b>	<b>12 412</b>	<b>+90%</b>	<b>12 933</b>	<b>+4%</b>

A ENACOL assegurou o abastecimento ao 40% do mercado interno em 1981 e, praticamente, o mesmo valor em 1982.

##### 5.2. Mercado de Bancas

Mercado de abastecimento a navios nacionais e internacionais, sendo mais de 90% das vendas da ENACOL para os navios internacionais no porto de S. Vicente.

Os produtos comercializados são: Gasóleo, Fuel Oil e Intermediates — misturas de Fuel Oil e Gasóleo.

Vendas em Toneladas

Produtos	1980	Δ %	1981	Δ %	1982	Δ %
Gasóleo	829		2 285	+176%	2 611	+14%
Fuel Óleo	85		1 415	+1 565%	1 102	-22%
Intermediários	6905		14 155	+105%	6 806	-52%
<b>Total<sup>2</sup></b>	<b>7 819</b>		<b>17 855</b>	<b>+128%</b>	<b>10 519</b>	<b>-41%</b>

##### 5.3. Mercado de Aviação

	1980	Δ %	1981	Δ %	1982	Δ %
Jet-A1	80/79		81/82		913	82/81

Data do início dos abastecimentos: 11 de Dezembro de 1982.

Vendas nos três Mercados:

	1980	Δ %	1981	Δ %	1982	Δ %
	80/79		81/80		82/81	
	14 357		30 267	+110	24 365	-19%

##### 5.4 Análise das Vendas

Verifica-se que a ENACOL, após uma duplicação das vendas globais de 1981 em relação a 1980, teve em 1982 apenas um aumento de vendas de +4% no Mercado Interno e uma diminuição substancial das vendas no Mercado de Bancas — Abastecimentos à Navegação Internacional (-41%).

Apesar da quebra das vendas neste mercado ter sido geral em quase todos os portos do mundo, a diminuição em Cabo Verde foi superior à média e até à diminuição das vendas da ENACOL.

O porto de S. Vicente, em 1981, movimentou 62 286 tons e em 1982 apenas 32 712 tons, isto é, uma quebra de 47%.



A ENACOL, em 1981, processou 28% do mercado do Porto de S. Vicente e em 1982 32% do mercado do mesmo porto. Houve, portanto, uma diminuição em termos absolutos das vendas da ENACOL em S. Vicente, mas um aumento na percentagem de penetração do mercado, que passou de 28% para 32%, tendo sido de cerca de 16% em 1980.

#### Aviação Internacional

Nos dois primeiros anos, a ENACOL não conseguiu comercializar neste mercado.

Face aos condicionalismos existentes decidiu-se realizar o investimento de 64 000 contos nas Instalações da Palmeira — Ilha do Sal, para armazenagem de combustível de aviação.

Após a sua conclusão em 1982 e início da operação desta Instalação no mês de Junho, a ENACOL começou a comercializar no mercado de Aviação em Dezembro de 1982 no Aeroporto Internacional do Sal. Este mercado veio dar uma nova dimensão ao volume de negócios da empresa e permitirá um rápido desenvolvimento futuro da ENACOL.

#### 5.5. Valor das Vendas

Foi a seguinte a evolução do valor das vendas de produtos da ENACOL nos três primeiros anos de comercialização:

##### Venda de Produtos — Unidade Contos

1980	Δ %	1981	Δ %	1982	Δ %
199 938	—	413 890	+106%	442 571	+7%

Houve um aumento de 106% do valor das vendas de 1981 em relação a 1980 e um aumento de +7% do volume de negócios da empresa em 1982 no que se refere aos produtos comercializados. Este facto deve-se, como se viu atrás, à quebra brusca das quantidades de produtos comercializados no Mercado de Bancas Internacionais.

A crise mundial, no mercado de transportes marítimos, e a política de preços dos portos vizinhos atingiram duramente a ENACOL e com mais vigor o Porto Grande na ilha de S. Vicente no ano de 1982.

## 6. DISTRIBUIÇÃO

### 6.1. Criação duma rede de distribuição no Mercado Interno

A par das modificações e melhoramentos introduzidos na instalação de S. Vicente em 1980, deu-se início a um programa de construção de posições de venda em todas as ilhas.

No primeiro ano foi também criada uma rede comercial de agentes de venda em todas as ilhas e concelhos do país.

No mesmo ano, entraram em funcionamento os postos de abastecimento de S. Vicente e da Praia - 1.

Nos anos de 1981 e 1982, entraram em funcionamento os postos de abastecimento do Sal, Porto Novo e Praia - 2.

No que se refere a estações de serviço, a da cidade da Praia encontra-se praticamente concluída em 1982.

A estação de serviço de S. Vicente será construída no próximo ano.

Também, em 1983, será concluído o programa de investimentos neste sector com a construção de posições de venda no Fogo e em Santa Catarina — Santiago.

As ilhas da Brava, Boa Vista, Maio e S. Nicolau serão contempladas nos programas futuros de investimento da ENACOL.

### 6.2. Transporte

Frota Marítima: Além da frota de batelões e rebocadores, que prestam serviço no porto de Mindelo principalmente, para a navegação internacional, a ENACOL tem afretado um navio de 500 tons, para o serviço de importação de gás butano a partir das Canárias e Portugal e distribuição deste produto e de outros combustíveis em embalados pelas diferentes ilhas.

Pontualmente, tem-se verificado a necessidade de afretamento de pequenos barcos de cabotagem para resolver o grave problema de distribuição de combustíveis nas nove ilhas habitadas do nosso país.

Torna-se necessária, para resolver completamente o problema, a aquisição dum pequeno petroleiro para assegurar o transporte de combustível a granel para as diferentes instalações de armazenagem existentes e a construir no futuro.

### 6.3. Armazenagem

A empresa teve como instalação de armazenagem de arranque as instalações da ex-Millers em S. Vicente, com uma capacidade global de 27 000 m<sup>3</sup>. Estas instalações tiveram de ser reconvertidas e melhoradas em virtude dos novos mercados de actuação da ENACOL e do mau estado de conservação em que se encontravam.

Em 1981, iniciou-se a construção da instalação de armazenagem da Palmeira — Ilha do Sal destinada a produtos de aviação, com uma capacidade global de 20 000 m<sup>3</sup>.

Em 1982, completou-se a instalação da Palmeira e deu-se início à construção contra instalação de armazenagem na cidade da Praia.

Ainda neste ano foi adjudicada a construção da Instalação de armazenagem e enchimento de Gás Butano na cidade da Praia.

Todos estes investimentos da ENACOL irão permitir ao país receber o combustível a granel e evitar a movimentação de produtos em tambores ou a importação em contentores de gás butano, rentabilizando os diferentes circuitos de importação e distribuição.

## 7. INVESTIMENTOS E PROJECTOS

Os investimentos da empresa estão centralizados nas instalações de armazenagem e movimentação de produtos e na rede de posições de venda.

Foi a seguinte a evolução dos investimentos:

Valor em Contos		
1980	1981	1982
28.507	75.444	72.236

Em 1980 o investimento principal foi a remodelação e melhoramentos introduzidos na instalação de S. Vicente e na frota de abastecimento à navegação. Deu-se também início à construção das posições de venda nas diferentes ilhas.

Em 1981, os investimentos centralizaram-se na instalação de armazenagem da Palmeira — Ilha do Sal, que absorveram 64 000 contos.

Entraram em funcionamento várias posições de venda e adquiriu-se diverso equipamento para as estações de serviço e, ainda, os contentores para a importação de Gás Butano.

Em 1982, foi assinado o contrato de construção da Instalação de Gás Butano na Praia com financiamento da R.F.A., num valor global de 8.000.000 de D.M., cerca de 200.000 contos.

Os valores pagos em 1982 foram superiores a 49.000 contos no que se refere à construção civil e equipamentos destinados a este projecto.

Deu-se início à construção da instalação de armazenagem de combustível na cidade da Praia e ao aumento do número das posições de venda.

## 8. ORGANIZAÇÃO DA EMPRESA E RECURSOS HUMANOS

### 8.1. Recursos Humanos

No ano de 1980 a empresa tinha 30 trabalhadores enquadrados, em 1981 35 elementos e, em 1982 aumentou para 50 o número de trabalhadores em virtude do arranque da instalação da Palmeira na Ilha do Sal, da Delegação Regional na ilha de Santiago e do Projecto de Gás Butano, também na ilha de Santiago.

O pessoal da empresa tem tido o suporte de uma política de aperfeiçoamento profissional, tendo sido formados no exterior 9 elementos nestes 3 anos de actividade da ENACOL.

Este programa irá prosseguir em 1983 com a formação e aperfeiçoamento de mais 6 trabalhadores, com especial destaque para o sector de Aviação.

### 8.2. Organização

Foi elaborado em 1981 todo um programa de estruturação dos diversos sectores da ENACOL — Comercial, Operações, Financeiro e Administrativo, tendo em atenção o domínio específico da empresa e a necessidade dum funcionamento organizado no comércio de petróleos.

A estruturação da empresa procurou prever os novos sectores de actividade, tais como, a Aviação e o Gás Butano, além do aperfeiçoamento do sector do comércio internacional.

Em 1982, já se implementou a estrutura orgânica e os sistemas concebidos sobre as áreas abrangidas pelos estudos efectuados dentro do programa de organização da empresa.

## 9. RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Foi desenvolvido, desde o primeiro ano, um esforço sério de relações e contactos internacionais, que permitiu à ENACOL iniciar as vendas no mercado de bancas marítimas no porto de S. Vicente e expandir as suas vendas e a penetração neste mercado:

Assim, neste domínio, foram estabelecidas as seguintes relações comerciais: Cory Brothers em Inglaterra, Petrogal-E.P. em Portugal e Skaarp Oil nos Estados Unidos da América.

Na Aviação Internacional, a ENACOL tem estabelecido relações comerciais independentes e iniciou esta actividade no final do ano de 1982.

No sector de aprovisionamento foram efectuadas operações com a Petrogal-EP em Portugal, com a SOMIR — Empresa Estatal na Mauritânia e com as Canárias — Espanha, além das compras no mercado livre.

Ainda em 1982 foram estabelecidas relações comerciais com a Petrobrás — Brasil, de que resultou a primeira operação de compra de produtos a esta empresa estatal em Janeiro de 1983.

No domínio de cooperação e formação de quadros, as relações da ENACOL estabeleceram-se com a Petrogal, E.P. em Portugal e com a SOQUIP — empresa estatal em Québéc — Canadá e com a Universidade Laval, também em Québéc.

## 10. EXERCÍCIO FINANCEIRO

Numa apreciação genérica do exercício financeiro de 1982, julgamos oportuno assinalar os seguintes aspectos:

1. A apresentação do Balanço e Contas do exercício, obedeceu aos critérios preconizados no projecto de normalização contabilística em Cabo Verde, com base no qual foi estruturado o sistema de contabilidade em vigor na Empresa. As peças do Balanço estão elaboradas em conformidade com os requisitos estabelecidos nas alíneas b) e c) do artigo 31.º das Bases Gerais das Empresas Públicas.
2. Com a implementação, em Janeiro de 1982, de uma estrutura contabilística que permite dar satisfação às normas preconizadas no projecto de Plano Nacional de Contabilidade para além de favorecer o controle do movimento interno, através de uma arrematada de dados visando à obtenção de indicadores mensais sobre a actividade da Empresa, concretizou-se um programa de trabalhos, iniciado em Fevereiro de 1981, que se traduziu numa rotável optimização dos procedimentos contabilísticos e numa maior clareza e exactidão dos valores representativos dos agregados patrimoniais.
3. Os critérios valorimétricos praticados em 1982 estão em coerência com os procedimentos tradicionalmente seguidos na Empresa, com base na valorização das existências de mercadorias ao custo médio ponderado e de materiais ao preço da última aquisição de cada artigo.

### 4. Imobilizações e Reintegrações

No Imobilizado fixo corpóreo verificou-se, em relação ao valor expresso no Balanço anterior, um aumento de 64 803 contos devido, essencialmente, à entrada em funcionamento a partir de Junho de 1982, da Instalação de Armazenagem de Jet-A1 na vila da Palmeira.

Em consequência das cargas que se efectuaram ao Imobilizado Fixo em 1982, houve um aumento de 4 230 contos nas Reintegrações do exercício de 1982, relativamente às do exercício anterior. Nas Imobilizações em Curso verificou-se um acréscimo de 7 432 contos resultante do excesso das despesas relativas a obras em curso em 1982 sobre o valor das transferências para o Imobilizado Fixo. O referido excesso está relacionado com o início das obras de construção da Estação de Enchimento de Gás Butano na Praia.

### 5. Provisões

Foi constituída em 1982 a provisão de 2 949 contos para Impostos sobre os Lucros, de acordo com o preceituado no Regulamento sobre os Rendimentos do Petróleo.

### 6. Disponibilidades

Em 31/12/82, as disponibilidades em Caixa e Depósitos à Ordem, ascendiam a 38.687 contos, importância destinada a solver compromissos com vencimento nos primeiros dias do mês de Janeiro de 1983:

### 7. Créditos a Curto Prazo

A sua composição está expressa no mapa de Balanço e o seu montante eleva-se a 218.532 contos em 31/12/82. Os valores mais significativos referem-se aos clientes e ao Sector Público, nos montantes de 195.994 contos e 16.327 contos, respectivamente.

Os saldos elevados nas contas de Clientes em 31/12/82, dizem respeito, essencialmente, a abastecimentos a crédito que tiveram lugar nos últimos dias do ano e cuja cobrança veio a efectivar-se nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1983.

#### 8. Custos Antecipados

Saldo em 31/12/82: 8.178 contos.

Sob o título «Despesas Antecipadas», com o saldo expresso no Balanço de 2.561 contos, figuram os gastos que, embora liquidados em 1982, dizem respeito ao exercício de 1983.

Na rubrica «Conservação Plurienal», que figura no Balanço com o saldo de 1.293 contos, estão contabilizadas as despesas com aquisições, ainda em curso, de materiais e equipamentos no quadro de uma grande manutenção das unidades da nossa frota marítima.

O valor dos «Outros Custos Plurienciais» que figuram no Balanço por 4.323 contos, representa os juros de financiamento de investimentos durante o período de utilização dos empréstimos e de realização das obras, os quais serão imputados a exercícios seguintes num esquema de amortização em 3 anos.

#### 9. Passivo

O Passivo da empresa aumentou de 104 845 contos, tendo-se verificado um maior crescimento nos Débitos a Médio e Longo Prazo que, de 81 446 contos em 31/12/81 passaram para 155 958 contos em 31/12/82, enquanto que o incremento dos débitos a curto prazo entre 1981 e 1982 cifrou-se em 30 334 contos.

#### 10. Vendas

As vendas líquidas do exercício de 1982 cifraram-se em 454.389 contos, excedendo, em valor, as do ano anterior em 24.660 contos.

Ao crescimento em valor não corresponde qualquer aumento em volume tendo-se pelo contrário verificado em relação a este último uma diminuição de 5.902 Tons em consequência do reduzido movimento de navios para abastecimento em Bancas no Porto Grande.

#### 11. Encargos Financeiros

Em 1982, os encargos financeiros decorrentes da utilização de empréstimos bancários para aquisição de produtos, atingiram a verba de 23.037 contos, sensivelmente inferior a do exercício precedente que se cifrou em 26.910 contos. Apesar da redução de cerca de 4 000 contos relativamente ao exercício de 1981, os encargos financeiros continuam a pesar fortemente na exploração da empresa por razões que se prendem com uma insuficiente dotação em capitais próprios.

#### 12. Impostos Indirectos

Em 1982 os pagamentos a título de impostos indirectos atingiram a elevada soma de 16.319 contos representativa, na sua quase totalidade, de direitos aduaneiros sobre a importação de produtos e materiais.

#### 13 — Resultado do exercício

Não obstante o fraco volume de vendas em 1982 e o facto de não ter sido possível o início dos abastecimentos à aviação na data prevista, apurou-se o resultado líquido, positivo, de 8 428 contos proveniente de um lucro de exploração de 2.552 contos e

de ganhos extraordinários no valor de 5.875 contos. Após a constituição da provisão para impostos sobre lucros no valor de 2.950 contos, o resultado líquido depois dos impostos é de 5.478 contos.

### 11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A empresa nacional, que opera num campo muito sensível e movimentada montantes elevados na sua actividade comercial, teve que superar nos seus três primeiros anos de existência sérios problemas de ordem operacional, económico e financeiro, conseguindo, contudo, obter resultados positivos nos exercícios de 1980, 81 e 82 e uma percentagem razoável do mercado interno e de navegação internacional e entrar no terceiro ano-1982 no mercado internacional de aviação.

As grandes dificuldades foram ultrapassadas graças ao apoio prestado pelos trabalhadores da empresa que, com um grande espírito de dedicação, conseguiram acompanhar o ritmo e os esforços exigidos para o arranque e bom funcionamento da ENACOL nestes três anos.

A Direcção-Geral da empresa deseja ainda agradecer:

— O Camarada Ministro da Economia e das Finanças — Ministro de Tutela, que acompanhou os primeiros passos da Empresa Nacional de Combustíveis e ajudou a resolver as dificuldades encontradas ao longo destes três anos;

— Ao Banco de Cabo Verde, que teve uma actuação de máxima abertura com especial referência à Direcção Central e à Delegação do BCV em S. Vicente;

— A Direcção-Geral de Energia, no acompanhar das actividades principais da empresa;

— Os diferentes organismos estatais, que contribuíram para os resultados positivos destes três exercícios financeiros.

— A todos os agentes da ENACOL nas diferentes ilhas pelo trabalho diário desenvolvido.

Ficaram, pois, lançadas as bases para a consolidação e desenvolvimento futuro da ENACOL.

Mindelo, 17 de Abril de 1983. — Pelo Conselho de Direcção, Rui Spencer Lopes dos Santos, Director-Geral.

#### Principais rubricas respeitantes a 3 anos de actividade, de ENACOL

Unidade: Contos

Rúbricas	1980	1981	1982
Capital social (sendo 30.000 em imobilizado) ... ..	60.000	60.000	60.000
Imobilizado ... ..	60.220	135.663	207.899
Investimentos anuais ... ..	28.507	75.444	72.236
Amortizações ... ..	4.105	11.762	23.628
Compra de produtos ... ..	277.103	437.272	329.716
Juros pagos ao BCV ... ..	8.134	26.910	23.037
Impostos indirectos ... ..	1.686	8.626	16.037
Serviços de terceiros ... ..	13.656	24.150	33.087
Despesas com pessoal ... ..	5.765	7.556	10.769
Vendas globais ... ..	200.162	421.001	446.991
Vendas de produtos ... ..	199.938	413.840	442.571
Frestação de serviços ... ..	7.673	8.728	11.817
Resultados operacionais brutos ... ..	34.796	73.085	93.726
Resultados antes de impostos ... ..	3.813	4.135	8.428
Impostos S/Lucros ... ..	1.334	1.447	2.949
Resultados líquidos depois do imposto ... ..	2.478	2.687	5.478

Balanço analítico em 31 de Dezembro de 1981

ACTIVO				PASSIVO		
	Activo Bruto	Provisões, Amortizações e Reintegrações	Activo Líquido			Passivo e Situação Líquida
<b>Disponibilidades:</b>				<b>Débitos a Curto Prazo</b>		
Caixa ... ..	1 155 000\$00		1 155 000\$00	Agentes — C/Corrente ... ..		100 100\$00
Depósitos à Ordem ... ..	496 546\$70		496 546\$70	Clientes — C/Corrente ... ..		61 300\$00
	1 651 546\$70		1 651 546\$70	Fornecedores — C/Gerais... ..		14 366 473\$55
<b>Créditos a Curto Prazo:</b>				Empréstimos Bancários ... ..		357 907 971\$78
Agentes — C/Corrente ... ..	29 089 433\$25		29 089 433\$25	Outros Empréstimos Obtidos ... ..		11 190 567\$80
Clientes — C/Corrente ... ..	154 651 023\$74		154 651 023\$74	Sector Público Estatal ... ..		147 728\$00
Clientes — C/Letras e outros Títulos a receber... ..	94 671\$00		94 671\$00	Outros Credores — C/Gerais ... ..		10 078 439\$05
Fornecedores — C/Corrente ... ..	654 000\$00		654 000\$00	Provisões para Impostos sobre Lucros...		1 447 331\$00
Empréstimos Concedidos ... ..	169 296\$50		169 296\$50			<u>395 299 911\$18</u>
Sector Público Estatal ... ..	12 022 751\$20		12 022 751\$20	<b>Débitos a Médio e Longo Prazo:</b>		
	196 681 175\$69		196 681 175\$69	Empréstimos Bancários ... ..		60 523 652\$60
<b>Existências:</b>				Outros Empréstimos Obtidos ... ..		20 922 796\$30
Produtos... ..	198 867 740\$00		198 867 740\$00			<u>81 446 448\$90</u>
Materiais ... ..	14 860 703\$10		14 860 703\$10			
Embalagem ... ..	5 640 000\$00	891 080\$80	4 748 919\$20			
	219 268 443\$10	891 080\$80	218 477 362\$30	<b>Total do Passivo ... ..</b>		<u>476 746 360\$08</u>
<b>Imobilizações corpóreas</b>				<b>Situação Líquida</b>		
Edifícios e Outras Construções ... ..	9 813 190\$00	497 527\$60	9 315 662\$40	Capital Estatutário		
Equip. Básico e Outras Máquinas e Ins- talações ... ..	30 640 839\$00	8 539 125\$10	22 101 713\$90	Estatuído... ..	60 000 000\$00	
Ferramentas e Utensílios ... ..	83 130\$00	18 926\$00	64 204\$00	Por Realizar ... ..	(546 000\$00)	
Material de Carga e Transporte ... ..	3 721 282\$00	392 076\$30	3 329 205\$70	Realizado... ..	59 454 000\$00	59 454 000\$00
Equip. Adm. e Social e Mobiliário Di- verso ... ..	1 601 713\$40	351 309\$00	1 250 404\$40	<b>Resultados Transitados</b>		
Taras e Vasilhame ... ..	19 625 708\$00	1 962 570\$80	17 663 137\$20	Exercício de 1980 ... ..		2 478 952\$27
	65 485 862\$40	11 761 534\$80	53 724 327\$60	<b>Resultados Líquidos:</b>		
<b>Imobilizações em curso:</b>				Resultados Correntes do Exercício... ..	4 188 081\$44	
Obras em Curso ... ..	70 177 648\$95		70 177 648\$95	Resultados Extraordinários do Exercício	396 005\$60	
	70 177 648\$95		70 177 648\$95	Resultados de Exercícios Anteriores ...	(448 857\$45)	
<b>Custos Antecipados:</b>				Resultados Líquidos antes dos Impostos	4 135 229\$59	
Despesas antecipadas... ..	655 149\$70		655 149\$70	Provisão para Impostos sobre Lucros ...	(1 447 331\$00)	
	655 149\$70		655 149\$70	Resultados Líquidos depois dos Impostos	2 687 898\$59	2 687 898\$59
Total das Provisões ... ..		891 080\$80		<b>Total da Situação Líquida... ..</b>		<u>64 620 850\$86</u>
Total das Amortizações e Rein- tegrações ... ..		11 761 534\$80		<b>Total do Passivo e da Situação Líquida ... ..</b>		<u>541 367 210\$94</u>
<b>Total do Activo ... ..</b>	<b>554 019 826\$54</b>	<b>12 652 615\$60</b>	<b>541 367 210\$94</b>			

**ENACOL — Empresa Nacional de Combustíveis, E. P. — S. Vicente**  
**Demonstração dos Resultados Líquidos, em 31 de Dezembro de 1981**

<b>Existências Iniciais:</b>							
Produtos... ..		105 283 530\$60					
Materiais... ..		6 097 793\$40					
Embalagens ... ..		6 665 246\$40					
		<u>113 051 570\$40</u>					
<b>Compras:</b>							
Produtos... ..		437 272 274\$50					
Materiais... ..		10 562 999\$15					
Embalagens ... ..		3 267 531\$00					
		<u>451 102 804\$65</u>					
<b>Regularização de existências:</b>							
Produtos... ..		— 1 845\$80					
Materiais... ..		+ 3 215 667\$50					
Embalagens ... ..		— 2 817 816\$10					
		<u>+ 396 005\$60</u>					
<b>Existências Finais:</b>							
Produtos... ..		— 198 867 740\$00					
Materiais... ..		— 14 860 703\$10					
Embalagens ... ..		— 5 640 000\$00					
		<u>— 219 368 443\$10</u>					
<b>Custos das Existências Vendidas e Cons:</b>							
Produtos... ..	343 691 219\$30						
Materiais... ..	5 015 756\$95						
Embalagens ... ..	1 474 961\$30		350 181 937\$55				
<b>Fornecimentos e Serviços de Terceiros...</b>	24 150 765\$32		32 776 831\$77	382 958 769\$32			
<b>Impostos Indirectos ... ..</b>	8 626 066\$45						
<b>Impostos Directos... ..</b>	—						
<b>Despesas com o pessoal ... ..</b>	7 556 120\$70						
<b>Despesas Financeiras ... ..</b>	26 910 753\$50		36 354 558\$70				
<b>Outras Despesas e Encargos ... ..</b>	1 887 684\$50						
<b>Amortizações e Reintegrações do exercício ... ..</b>	7 656 150\$80		7 656 150\$80	44 010 709\$50			
<b>Provisões do exercício ... ..</b>	—						
<b>Resultados Extraordinários do Exercício ... ..</b>				426 969 478\$82			
<b>Resultados de Exercícios Anteriores</b>			448 857\$45	448 857\$45			
<b>Provisão para Impostos sobre Lucros ... ..</b>				1 447 331\$00			
<b>Resultados Líquidos ... ..</b>				2 687 898\$59			
				<u>431 553 565\$86</u>			
						<u>431 553 565\$86</u>	
<b>Vendas de Mercadorias e Produtos:</b>							
Produtos... ..				413 840 515\$21			
Materiais... ..				5 360 918\$05			
Embalagens ... ..				1 800 000\$00	421 001 433\$26		
<b>Prestação de Serviços ... ..</b>					8 728 295\$50	429 729 728\$76	
<b>Receitas Suplementares ... ..</b>						860 325\$80	
						<u>430 590 054\$56</u>	
<b>Outras Receitas ... ..</b>						567 505\$70	
						<u>431 157 560\$26</u>	
<b>Resultados Extraordinários do Exercício ... ..</b>					396 005\$60		
<b>Resultados de Exercícios Anteriores</b>					—	396 005\$60	
						<u>431 553 565\$86</u>	







**Demonstração dos Resultados Líquidos em 31 de Dezembro de 1982**

Código das Contas				Código das Contas			
	Existências Iniciais:						
32	Mercadorias ... ..		200 838 669\$40	72	Vendas de Mercadorias e Produtos		
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo ... ..		12 839 573\$70		Mercadorias... ..	442 571 296\$90	
37	Embalagens Comerciais Retornáveis ... ..		5 640 000\$00	72	Prestações de Serviços ... ..	11 817 975\$10	154 389 272\$00
	Compras:		219 368 443\$10				4 219 503\$30
611+612	Mercadorias ... ..		329 716 622\$40	73	Trabalhos para a Própria Empresa		
614	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo ... ..		10 293 594\$15		Receitas Suplementares ... ..		200 608\$90
615	Embalagens Comerciais Retornáveis ... ..		4 743 959\$30				458 809 384\$20
	Existências Finais:		344 754 175\$85	75	(B)		
32	Mercadorias ... ..		181 828 453\$40	82	Ganhos Extraordinários do Exercício ... ..	6 054 449\$30	
36	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo ... ..		15 623 038\$45				3 310 995\$90
37	Embalagens Comerciais Retornáveis ... ..		6 007 452\$50	83	Ganhos de Exercícios Anteriores ... ..	2 256 546\$60	
			<u>203 458 944\$35</u>				
61	Custo das Existências Vendidas e Consumidas:						
	Mercadorias ... ..	348 777 038\$40					
	Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo ... ..	7 510 129\$40					
	Embalagens Comerciais Retornáveis ... ..	4 376 506\$80	360 663 674\$60				
62	Subcontratos ... ..	—\$—					
63	Fornecimentos e Serviços de Terceiros ... ..	33 087 515\$85					
641	Impostos Indirectos ... ..	16 319 899\$90	49 407 415\$75				
642	Impostos directos ... ..	27 882\$50					
65	Despesas com o Pessoal ... ..	10 769 493\$60					
66	Despesas Financeiras ... ..	23 037 970\$30					
67	Outras Despesas e Encargos ... ..	483 911\$20	34 319 257\$60				
68	Amortizações e Reintegrações do Exercício ... ..	11 866 552\$70					
69	Provisões do Exercício ... ..	—\$—	11 866 552\$70				
	(A)						
82	Perdas Extraordinárias do Exercício... ..		16\$50				
83	Perdas do Exercícios Anteriores ... ..		2 435 364\$40				
	Provisão para Impostos sobre os Lucros... ..						
88	Resultados Líquidos ... ..						
			<u>467 120 380\$10</u>				<u>467 120 380\$10</u>

Comparação dos Balanços em 31 de Dezembro de 1981 e 31 de Dezembro de 1982 (em contos)

ACTIVO				PASSIVO			
	1981	1982	Diferenças		1981	1982	Diferenças
<b>Disponibilidades:</b>				<b>Débitos a Curto Prazo:</b>			
Caixa .....	1 155	7 452	+ 6 297	Clientes C/Corrente .....	161	959	+ 798
Depósito à Ordem .....	496	31 235	+ 30 739	Fornecedores C/Corrente .....	14 366	15 754	+ 1 388
	1 651	38 687	+ 37 036	Empréstimos Bancários... ..	357 908	374 897	+ 16 989
<b>Crédito a Curto Prazo:</b>				<b>Débitos a Médio e Longo Prazo:</b>			
Clientes C/Corrente .....	183 835	195 995	+ 12 160	Empréstimos Bancários... ..	60 524	64 666	+ 4 142
Fornecedores C/Corrente .....	654	1 388	+ 734	Outros Empréstimos Obtidos .....	20 923	91 293	+ 70 370
Empréstimos Concedidos .....	169	206	+ 37		81 447	155 959	+ 74 152
Sector Público .....	12 023	16 328	+ 4 305	<b>Total do Passivo .....</b>			
Accionistas C/Subscrições .....	—	546	+ 546		476 746	581 593	+104 847
Outros Devedores .....	—	4 070	+ 4 070	<b>Situação Líquida</b>			
	196 681	218 533	+ 21 852	<b>Capital e Prestações Suplementares:</b>			
<b>Existências:</b>				<b>Capital Estatutário .....</b>			
Mercadorias... ..	198 868	181 829	- 17 039		59 454	60 000	+ 546
Mat. Primas, Sub. e de Consumo .....	14 861	15 623	+ 762	<b>Resultados Transitados .....</b>			
Embalagens Comerciais Retornáveis .....	4 749	5 116	+ 367		2 479	5 167	+ 2 688
	218 478	202 563	- 15 910	<b>Resultados Líquidos:</b>			
<b>Imobilizações Corpóreas</b>				<b>Resultados Correntes do Exercício .....</b>			
Terrenos e Recursos Naturais .....	—	292	+ 292		4 188	2 552	- 1 636
Edifícios e Outras Construções .....	9 316	22 659	+ 13 343	Resultados Extraordinários do Exercício .....	396	6 054	+ 5 658
Frota Marítima .....	—	2 200	+ 2 200	Resultados de Exercícios Anteriores .....	- 449	- 197	+ 270
Material de Carga e Transporte .....	3 329	1 250	- 2 079	<b>Resultados antes dos Impostos .....</b>			
Equip. Básico, Outras Máq. e Instalações .....	39 765	78 117	+ 38 352		4 135	8 427	- 4 292
Ferramentas e Utensílios .....	64	43	- 21	<b>Provisões para Impostos sobre Lucros .....</b>			
Equip. Adm. e Social e Mob. Diversos .....	1 250	2 100	+ 850		- 1 447	- 2 950	- 1 503
	53 724	106 661	+ 52 937	<b>Resultados Líquidos depois dos Impostos .....</b>			
Imobilizações em Curso .....	70 178	77 610	+ 7 432		2 688	5 477	+ 2 789
Custos antecipados .....	655	8 178	+ 7 523	<b>Total do Passivo e Situação Líquida .....</b>			
<b>Total do Activo .....</b>	<b>541 367</b>	<b>652 237</b>	<b>+110 870</b>		<b>541 367</b>	<b>652 237</b>	<b>+110 870</b>

**Balço de origem e aplicaço de fundos referentes ao exercicio de 31 de Dezembro de 1981 a 31 de Dezembro de 1982**

Contas	Valores em (contos)	
	Sub-total	Total
<b>Origem dos fundos</b>		
<b>Aumento do Passivo</b>		
Cientes C/Corrente ... ..	798	
Fornecedores C/Corrente ... ..	1 388	
Empréstimos Bancários ... ..	16 989	
Sector Público ... ..	96	
Credores por Forn. do Imob. C/Corrente ... ..	7 253	
Outros Credores C/Gerais... ..	3 808	
Provisões para Impostos sobre Lucros ... ..	1 503	
Empréstimos Bancários ... ..	4 142	
Outros Empréstimos Obtidos ... ..	70 370	106 347
<b>Diminuiço do Activo</b>		
Existências ... ..	15 910	27 776
Amortizaçoes... ..	11 866	
<b>Aumentos do Capital Próprio:</b>	546	
Capital Estatutário ... ..	2 688	
Resultados Transitados ... ..	4 292	7 526
Resultados Líquidos ... ..		141 649
<b>Aplicaço dos Fundos</b>		
<b>Aumentos do Activo</b>		
Caixa ... ..	6 297	
Depósito à Ordem ... ..	30 739	
Cientes C/Corrente ... ..	12 160	
Fornecedores C/Corrente ... ..	734	
Empréstimos Concedidos ... ..	37	
Sector Público ... ..	4 305	
Accionistas C/Subscriço ... ..	546	
Outros Devedores ... ..	4 070	
Imobilizaçoes Corpóreas ... ..	64 803	
Imobilizaçoes em Curso ... ..	7 432	
Custos Antecipados ... ..	7 523	138 646
<b>Diminuiço do passivo</b>		
Outros Empréstimos Obtidos ... ..	1500	1 500
<b>Diminuiço do Capital Próprio</b>		
Provisão para Impostos S/Lucros...	1 503	1 503
		141 649

ENACOL — Empresa Nacional de Combustíveis, E.P., em S. Vicente, 30 de Março de 1983. — O Director Financeiro, Augusto Bernarda Évora. — O Director-Geral, Rui Lopes dos Santos.

**CONTAS E BALANCETES DIVERSOS**

**BANCO DE CABO VERDE**

**Direcço das Relaçoes com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios**

**Praia (Santiago)**

*Cotaçoes de câmbios*

Em 4/10/83

N.º 89/83

Notas	Divisas	Compras	Vendas
África do Sul... ..	Rand	51\$72	59\$49
Alemanha... ..	Marco	27\$74	29\$97
América 1 e 2... ..	Dólares	72\$33	78\$17
América 5 a 1000... ..	Dólares	72\$83	78\$67
Áustria ... ..	Xelim	3\$94	4\$27
Bélgica ... ..	Franco	1\$27	1\$44
Canadá 1 e 2... ..	Dólares	58\$61	63\$35
Canadá N. Grandes.	Dólares	59\$11	63\$65
Dinamarca ... ..	Coroa	7\$68	8\$30
Espanha ... ..	Peseta	\$447	\$506
Finlândia ... ..	Markka	12\$87	13\$91
França ... ..	Franco	9\$13	9\$87
Holanda ... ..	Florim	24\$80	26\$79
Inglaterra... ..	Líbra	106\$35	117\$03
Itália... ..	Lira	\$041	\$048
Japão... ..	Iene	\$285	\$323
Noruega ... ..	Coroa	9\$92	10\$73
Portugal ... ..	Escudo	\$586	\$633
Senegal ... ..	C.F.A.	\$182	\$207
Suécia ... ..	Coroa	9\$32	10\$07
Suíça ... ..	Franco	34\$46	37\$23

*Cotaçoes de Câmbios*

Em 4/10/83

N.º 146/83

Praças	Unidades e divisas	Compras	Vendas
Londres ... ..	1 Líbra	112\$29	113\$57
Lisboa... ..	100 Escudos	60\$74	61\$56
Nova Iorque ... ..	1 Dólar	75\$48	76\$09
Amesterdão ... ..	100 Florim	2 570\$55	2 600\$07
Bruxelas ... ..	100 Fr. Com.	141\$61	143\$31
Bruxelas ... ..	100 Fr. Fin.	127\$93	130\$30
Copenhague ... ..	100 Coroa	796\$30	805\$76
Estocolmo... ..	100 Coroa		
<b>Frankfort (Rep. Federal Alemã)</b>		966\$20	977\$85
Helsínquia... ..	100 Deut Mark	2 875\$61	2 908\$41
Oslo ... ..	100 Markka	1 333\$83	1 348\$96
Oslo ... ..	100 Coroa	1 028\$76	1 040\$62
Otava ... ..	1 Dólar	31\$26	61\$77
Paris... ..	100 Franco	946\$51	955\$49
Pretória ... ..	1 Rand	68\$06	69\$09
Roma... ..	100 Lira	4\$742	4\$800
Tóquio ... ..	100 Iene	32\$297	32\$657
Viena ... ..	100 Xelim	409\$08	413\$73
Zurique ... ..	100 Franco	3 571\$78	3 611\$75
Madrid ... ..	100 Peseta	49\$75	50\$37
Dakar... ..	100 CFA	18\$930	19\$110
<b>«Clearings»:</b>			
Bissau... ..	100 Peso	— \$ —	— \$ —

Direcço das Relaçoes com o Estrangeiro e do Controlo de Câmbios, na Praia, 4 de Outubro de 1983. — Pela Direcço, Antão Lopes da Luz.

## ANÚNCIOS JUDICIAIS E OUTROS

o

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Cartório Notarial da Região de 1.ª Classe da Praia

NOTÁRIO: JORGE RODRIGUES PIRES

## EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de publicação que neste Cartório a meu cargo e no livro de notas para escrituras diversas número vinte e quatro barra A, de folhas quarenta e nove, verso, a cinquenta, verso, se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial, com a data de vinte e seis do mês de Setembro do ano de mil novecentos e oitenta e três, na qual Justino Mendes de Barros Semedo, casado sob o regime de comunhão de adquiridos com Marcelina Mendes de Barros Semedo, rádio-montador de aviões, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente na Várzea da Companhia, subúrbios desta cidade da Praia, se declara com exclusão de outrem dono e legítimo possuidor, do seguinte prédio: «Um prédio urbano, moradia rés-do-chão, situado na Várzea da Companhia, coberto de colmo, construído de pedra e barro, com um compartimento térreo e quintal que confronta do Norte com Angelina Gomes Cabral, Sul com a estrada que vai ao cemitério, Leste com Maria dos Reis Andrade e Oeste com Andreza Fernandes, inscrito na matriz urbana da freguesia de Nossa Senhora da Graça sob o número mil trezentos e onze, com o rendimento colectável de quinhentos escudos e o valor matricial de dez mil escudos, o qual não se encontra descrito na Conservatória dos Registos desta Região de Primeira Classe da Praia, conforme se vê da certidão negativa lá passada que arquivo.

Que o outorgante não adquiriu este prédio por contrato nem por sucessão, mas por título de aquisição originária, por o ter construído, com o seu trabalho e com o seu material empregado nessa construção.

Que, assim não pode provar o seu domínio por documentos ou por meios normais e para suprir essa falta de título escrito, vem por este meio justificar o seu domínio e propriedade do mencionado prédio.

Está conforme original.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos e oitenta e três. — O Notário, *Jorge Rodrigues Pires*.

## CONTA :

Artigo 18.º, 1 e 2...	70\$00
Cofre Geral de Justiça ...	7\$00

Taxa de Reembolso ...	3\$00
Selos... ..	25\$00
Soma ... ..	105\$00

São: (cento e cinco escudos). —  
Conferido por, *O. Rosa Barbosa Amado*. — Registado sob o número .../83.

(168)

## Instituto Nacional das Cooperativas

Extracto de Estatuto da Cooperativa de Consumo «ORA TCHIGA»:

É constituída e será regida pelos presentes estatutos, regulamento interno e pelas disposições de direito aplicáveis às Organizações Cooperativas, uma Cooperativa de Consumo, que se denominará «Cooperativa Ora Tchiga» e durará por tempo indeterminado a contar da data em que a Assembleia Geral Constitutiva aprove os estatutos.

A Cooperativa tem a sua Sede na Cidade Velha, Freguesia de Santíssimo Nome de Jesus do Concelho da Praia.

A Cooperativa aceita como seus, os objectivos do Cooperativismo consagrados no artigo 7.º da Lei das Bases Gerais das Cooperativas, e fixa ainda os seguintes:

- beneficiar os seus cooperadores com a distribuição de bens de consumo, utilidade doméstica, uso corrente e factores de produção em condições favoráveis do preço e qualidade;
- aumentar o poder de compra real dos seus cooperadores, contribuir pela melhoria das suas condições de vida e dos respectivos agregados domésticos;
- garantir a comercialização dos eventuais excedentes de produção dos seus membros;
- estimular a prática de poupança e crédito com vista a libertar os seus membros do crédito usurário e a apoiá-los nos seus esforços de produção;
- contribuir e participar em acções e programas que visem a formação cooperativista, capacitação profissional e técnica dos seus membros, a vulgarização agrícola e a divulgação dos princípios de dieta alimentar e de economia familiar;
- zelar pela promoção contínua dos seus membros do ponto de vista cultural, social e económico.

(169)